

Secretarias de Estado

Ministério da Justiça

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 06 DE 27 DE OUTUBRO DE 1984.

O Presidente do Conselho Nacional de Política Penitenciária, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E determinar a publicação da Lei de Execução Penal e sua tramitação no legislativo, em número especial da Revista de Execução Penal.

PIO SOARES CANEDO

ATA DA QUADRAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA REALIZADA EM 20 (VINTE) DE SETEMBRO DE 1984 (MIL NOVECENTOS E OITENTA E QUATRO).

Aos 20 (vinte) dias do mês de setembro de 1984 (mil novecentos e oitenta e quatro), reuniu-se o Conselho Nacional de Política Penitenciária, no Edifício Sede do Ministério da Justiça, sala 470 (quatrocentos e setenta), sob a égide de seu Presidente, Dr. PIO SOARES CANEDO. Presentes os Senhores Conselheiros ANTÔNIO ZAPPALÁ, ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA, ANTÔNIO VICENTE DA COSTA JÚNIOR, JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, JASON SOARES ALBERGARIA, JOSÉ DE SIQUEIRA SILVA, JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS, NABOR CESAR SIQUEIRA e ROGÉRIO LAURIA TUCCI. Foram justificadas pelo Senhor Presidente as ausências dos Senhores Conselheiros RENÉ ARIEL DOTTI e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. Em seguida o Senhor Presidente, profundamente consternado solicitou aos presentes um minuto de silêncio pelo falecimento do Senhor Conselheiro BENJAMIN MORAES FILHO e, após, solicitou ao Senhor Conselheiro ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA que falasse sobre o companheiro imbatível que fora o Mestre BENJAMIN MORAES FILHO. Com a palavra o Senhor Conselheiro ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA transmitiu sentimentos de grande pesar pela lacuna que se abriu no CNPP com o passamento desse bravo companheiro que com fé, capacidade e dinamismo entusiasmo, enriquecia todas as atividades em que participava. Com a perseverança que lhe era peculiar, trabalhou normalmente no período em que esteve acometido de sua doença, não faltando sequer, a uma das reuniões. E, apesar dos sintomas que já lhe estampavam sinais de desgaste físico, insistia em dizer que estava bem, refletindo assim, um reflexo de seu extraordinário caráter e de sua imbatível força moral. Ao concluir solicitou que fossem expedidas mensagens de condolências ao Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, onde também era titular, à Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde exercera a Cátedra de Direito Penal por longos anos e, à Igreja Presbiteriana do Rio, onde exercera o Ministério Pastoral daquele congregação. Associou-se à essa homenagem o Senhor Conselheiro ANTÔNIO VICENTE DA COSTA JÚNIOR, integrante do CNPP, por indicação do ex-Conselheiro professor BENJAMIN MORAES FILHO. Invocando profundos laços de amizade que sempre os uniu, ressaltou as excepcionais virtudes do Professor BENJAMIN MORAES FILHO, relatando em minudência seus últimos instantes de vida, não só de lucidez, de estabilidade emocional e confiança, mas, sobretudo, de amor, ao pronunciar suas últimas palavras, dedicadas à esposa: "Eu te amo muito" e, parodiando Camões, ainda dissera: "muito mais amaria se não fosse para tão grande amor, tão curta a vida". Sob perceptível emoção o Senhor Presidente Dr. PIO SOARES CANEDO, pronunciou palavras de ratificação das expressões dos Conselheiros, que com sua homenagem singela mas, sincera e amiga, registraram a perda do companheiro que o CNPP sempre admirou e que, no Brasil, ele foi um dos seus mais distinguidos filhos. Prosseguindo o Senhor Presidente informou ao Plenário sobre os expedientes que tramitaram pelo CNPP no período compreendido entre 26 (vinte e seis) de julho a 16 (dezesesseis) de setembro. Abrindo os trabalhos constantes da ordem do dia, o Senhor Presidente submeteu à apreciação do Colendo Conselho, a ata da reunião anterior, tendo sido aprovada com emenda proposta pelo Senhor Conselheiro ANTÔNIO ZAPPALÁ. Informou ainda o Senhor Presidente, sobre o sucesso atingido pelo DEPEN, quando da recente realização do II ENCONTRO NACIONAL SOBRE SISTEMA PENITENCIÁRIO, oportunidade em que, transmitiu cumprimentos ao Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA, Diretor Geral daquele órgão, bem como à sua equipe que, com brilho singular colaborou com os trabalhos destinados à realização daquele evento. Com a palavra o Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA, agradeceu ao Senhor Presidente e, em seguida, passou a relatar sobre os seguintes pareceres: 1º) Sobre a posição da Comissão Interministerial que examinou proposta do CNPP, pertinente à integração da política de prevenção da delinquência juvenil nos quadros da política criminal e criação do Departamento Nacional do Menor Infrator (DNMI), o relator informou que a mencionada comissão opôs-se à criação do Departamento Nacional do Menor Infrator, desenvolvendo os mesmos argumentos da oposição suscitada pela FUNABEM. Em discussão foi deliberado pelo CNPP, a constituição de um grupo de trabalho, composto pelos Senhores Conselheiros ROGÉRIO LAURIA TUCCI, JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA e ANTÔNIO VICENTE DA COSTA JÚNIOR, no sentido de examinar o parecer da Comissão Interministerial e propor ao CNPP, alternativas que

viabilizem novas etapas de estudos pela referida Comissão. 2º) Com relação à proposta do Ilustre Parlamentar Deputado RUY CODO, no sentido de que a União transfira ao Estado de São Paulo recursos financeiros para mudança dos estabelecimentos prisionais sediados na capital, para além da zona urbana, o relator informou que o DEPEN tem "examinado vários projetos para construção de estabelecimentos prisionais, elaborados pela Secretaria de Justiça de São Paulo, com vistas ao empréstimo da Caixa Econômica Federal", os quais receberam parecer favorável, uma vez que obedecem as Recomendações Básicas do Ministério. Informou ainda que "houve sugestão para desativação da Casa de Detenção, bem como urgentes medidas para a modernização do Sistema Penitenciário daquela Capital". Colocado o parecer em discussão foi aprovado por unanimidade. 3º) Sobre a indicação de Dra. REGINA MARIA PARISOT, membro do I.A.B.-Rio sobre cursos especializados para Pessoal Penitenciário, o relator informou que o tema já vem sendo tratado pelo DEPEN, com especial atenção, através do Centro de Formação e Treinamento de Pessoal Penitenciário e do NÚCLEO Organizador da Escola Penitenciária Nacional. Em votação, foi o Parecer aprovado por unanimidade. 4º) Em cumprimento à Resolução nº 1/83, letra "C" foi informado pelo Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA, que o DEPEN elaborou o plano de aplicação dos Recursos do FAS, de acordo com as diretrizes da política criminal integrada na política social. No que se refere ao restante da aplicação dos recursos, (trinta e oito bilhões), foi ponderado pelo Senhor Conselheiro ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA, que a matéria fosse baixada em diligência com a finalidade de que a verba mencionada fosse aplicada no sentido de atender-se com prioridade às Unidades mais carentes. Em discussão, foi a matéria aprovada, atendendo-se proposição do Senhor Conselheiro ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA. Prosseguindo o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA, para relatar sobre o projeto de decreto de indulto natalino, proposto pelo DEPEN. Ao iniciar o relator deu conhecimento ao Egrégio Conselho, de todo o conteúdo do texto. Em seguida foram discutidos e apreciados cuidadosamente cada artigo do texto em apreço. Como resultante da apreciação, foi proposto pelo Senhor Conselheiro ROGÉRIO LAURIA TUCCI, nova redação ao Art. 2º, bem como a transposição dos Artigos 4º e 5º para a parte final do projeto. Em discussão foram estas colocações aprovadas por unanimidade. Por sugestão do Senhor Conselheiro ANTÔNIO VICENTE DA COSTA JÚNIOR, foi aprovado pelo Colendo Conselho, nova definição ao Art. 1º, I, ressaltando a concepção do indulto penitenciário. O Art. 7º foi igualmente aprovado a sua alteração, com vistas à adequação do instituto à sua evolução, em atenção aos objetivos da política criminal preconizada pelo atual Governo. Após as alterações ora mencionadas, o texto proposto passou a ter a seguinte redação: "O Presidente da República, no uso da faculdade que confere o artigo 81, nº XXII, da Constituição, e considerando o evento de Natal, D E C R E T A Art. 1º É concedido indulto aos condenados a pe-

nas privativas de liberdade não superiores a quatro anos que tenham efetivamente cumprido, no mínimo um terço de penas, se primários ou a metade, se reincidentes. Parágrafo Único. É igualmente, concedido indulto aos condenados a penas superiores a quatro anos que: I- Tenham completado sessenta anos de idade, bem como aos menores de vinte e um anos de idade na data do crime, e às mães de filhos menores de quatorze anos de idade, desde que hajam cumprido um terço da pena quando recolhidos em estabelecimentos prisionais pela primeira vez, e a metade nos demais casos; II- se encontrem em estado avançado de qualquer doença grave ou outra, que sendo incurável, seja causa de contágio assim diagnosticado por laudo médico oficial. Art. 2º São reduzidas as penas privativas de liberdade: I- de um terço, quando superiores a quatro anos e não excedentes de oito anos, e de um quarto, superiores a oito anos, sendo o condenado primário; II- de um quarto, quando superiores a quatro e não excedentes de oito anos, e de um quarto, se superiores a oito anos, sendo o condenado reincidente. Parágrafo Único. A redução de que trata o presente artigo beneficiará o condenado que, até 25 de dezembro de 1984, tiver efetivamente cumprido, no mínimo, um terço da pena sendo primário, ou a metade, sendo reincidente. Art. 3º. O disposto dos artigos anteriores aplica-se, também, quando a sentença estiver em grau de recurso somente interposto pela defesa, sem prejuízo do respectivo julgamento pela instância superior, ou quando negado o provimento do recurso da acusação. Art. 4º. Constituem requisitos para que o condenado obtenha o indulto ou redução da pena: I- não tiver sido beneficiado por graça, ou decreto de indulto nos dois anos anteriores à data da publicação deste Decreto; II- houver participado, nos limites de suas possibilidades pessoais, do processo de ressocialização, quando realizado no estabelecimento, em que estiver cumprindo pena; III- Se tiver revelado por sua conduta condições pessoais favoráveis à sua permanência na comunidade, quando beneficiado por suspensão condicional, tenha cumprido pelo menos a metade do respectivo prazo, com exata observância das condições impostas e da pena acessória, se for o caso, sem que haja sofrido modificação agravadora das condições, prorrogação do prazo, suspensão ou revogação do benefício; IV- tiver conduta reveladora de condições pessoais que assegurem sua reinserção social, quando beneficiado pelo livramento condicional, já tenha cumprido pelo menos um quinto do respectivo prazo, com a exata observância das condições impostas e da pena acessória, se for o caso, sem advertência ou agravamento das condições; Art. 5º Para os fins deste Decreto, poderá o Juiz da Execução ordenar o exame de verificação da cessação de periculosidade, com a consequente emendabilidade que ofereça suficiente garantia para segurança e ordem públicas, nos condenados por crime de: I- de roubo, nas modalidades previstas nos parágrafos 2º e 3º do art. 157, do Código Penal; II- de extorsão, nas modalidades previstas nos parágrafos 1º e 2º, do art. 158, e, no art. 159 e seus parágrafos do Código Penal; III- de estupro e atentado violento ao pudor; IV- contra a Segurança Nacional; V- relativo a entorpecente ou substância que cause dependência física ou psíquica, quando reconhecida na sentença a condição de traficante. Art.